

INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NA DECISÃO DO JOVEM TRABALHADOR EM PERMANECER OU SAIR DO CAMPO

Ana Rosa Corrêa França
Alcimeire Aparecida Prado Nava
Lucilene Nóia Rodrigues De Melo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar porque os jovens da comunidade de Adrianópolis, Vale de São Domingos MT, salas anexas da Escola Rainha da Paz vem deixando o campo e qual a influencia da escola nessa decisão. Como procedimento metodológico pautamo-nos em abordagem de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, utilizando para coleta de dados questionário semiestruturado, estudo de material bibliográfico e análise do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola pesquisa. Esta pesquisa foi realizada na Escola Estadual Rainha da Paz, salas anexas em Adrianópolis, município de São Domingos, Mato Grosso. Os protagonistas dessa pesquisa foram alunos do 3º ano do ensino médio, período vespertino, coordenador e diretor da escola. Os dados coletados foram analisados à luz de autores como Arroyo (1994), Caldart (2004), Molina (2004), Leite (1999), Ludke e André (1986), Castro (2009 e 2010), entre outros. Os resultados deste artigo apontam que os principais desafios para os jovens permanecerem no campo são a falta de oportunidades no mundo do trabalho e de continuidade de estudos na própria comunidade, frequentar uma escola com poucos recursos pedagógicos e com o tardio aparecimento das tecnologias. A escola vem tentando implementar os princípios da educação do campo, porém, cabe intensificar essa prática, em termos de currículo e metodologias específicas. Concluo que é preciso que se coloque um olhar mais específico na nossa juventude camponesa no processo de formulação, implementação e consolidação da política nacional de educação para o jovem do campo. É preciso que o poder público reconheça na prática a educação do campo como direito social dos povos do campo, como afirmação dos direitos humanos e sociais e não como uma troca de favores entre poder público e população.

Palavras chaves: Educação do Campo/ juventude/ trabalhador rural

1. Introdução

Vivemos um momento que podemos considerar emancipatório e produtivo para a educação do campo pela oportunidade de construir um projeto pautado no dialogo com a comunidade escolar. Por meio de propostas pedagógicas voltadas para a realidade do campo, busca-se desenvolver e valorizar saberes gerados em fontes distintas, respeitando e articulando conhecimentos de domínios próprios com novas formas de compreender, gerar e desenvolver soluções para os problemas do campo e de seus sujeitos, enfim, preparar-se para decisões autônomas e coletivas. E, um desses problemas diz

respeito ao crescente número de jovens que deixam o campo segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004)

84,9% dos jovens de 15-29 anos vivem em áreas urbanas, desses 1/3 vivem em regiões metropolitanas e 2/3 em áreas não metropolitanas; 15,1% vivem em áreas rurais. [...] 29,5% dos jovens pobres do país vivem em áreas rurais. O nível escolar do jovem rural é 50% inferior ao do jovem urbano e 9% dos jovens rurais são analfabetos. Essa é uma realidade para apenas 2% dos jovens urbanos (CASTRO, 2010, p.16).

Este é o motivo que me levou a escolher esta temática “Influência da educação do/no campo na decisão do jovem trabalhador em permanecer ou sair do campo”, no município de São Domingos – MT; senti-me instigada a investigar a sua identidade, as razões que levam os jovens do campo do município de Vale de São Domingos – MT a migrar para a cidade em busca de uma vida bem “sucedida” nas grandes cidades, explicitando os desafios que encontram nesse processo.

A ilusão dos jovens de ir para a cidade alimenta um sonho de uma vida melhor e segura, mas esta ideia é uma utopia, nem sempre esse sonho é concretizado ao se deparar com dura realidade urbana.

O objetivo principal deste artigo é compreender porque os jovens da comunidade de Adrianópolis - Vale de São Domingos, salas anexas da Escola Rainha da Paz vem deixando o campo e qual a influencia da escola nessa decisão. Cito alguns dos objetivos em sua especificidade que se apresentam neste estudo, tais como: identificar os motivos que levam os jovens a deixar o campo e ir para a cidade, analisar como os jovens veem o campo e o papel da educação do campo na sua formação profissional. Em síntese, neste artigo procuro abordar os fatores que influenciam e levam os jovens, filhos de agricultores familiares da região, a tomar suas decisões pessoais que, direta ou indiretamente, acabam afetando a comunidade onde vivem e, conseqüentemente, os rumos do desenvolvimento rural da região.

O interesse por esse estudo surgiu quando pude perceber que muitos jovens da comunidade de Adrianópolis, na qual atuo como educadora, deixam suas famílias em busca de um futuro nas grandes cidades e o aparente

desinteresse pelo meio rural, e em especial pela agricultura. Contudo, permanecer ou sair do meio rural envolve diversas situações, que procuramos analisar ao longo deste trabalho. Da mesma forma, cabe considerar que a categoria juventude é construída socialmente e seus significados são variados e disputados, tornando-se foco de debate e estudo atual no Brasil. Essa é uma discussão que interessa à educação do campo.

A educação do/no campo tem por finalidade construir uma sociedade camponesa com cidadãos compromissados para uma participação crítica e consciente na sociedade, educando-se como gente que se reconhece enquanto ser com direitos e deveres, assumindo-se como sujeito de sua própria história. A escola como instituição deve propor práticas pedagógicas e pautar suas ações com um objetivo de proporcionar aos educandos uma formação ampla e capaz de promover o desenvolvimento de suas capacidades nas diversas dimensões que o concretizam como ser humano.

Quanto à metodologia de trabalho procuro apoiar-me em uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo. Como falam Ludke e André (1986, p. 17), a abordagem de pesquisa qualitativa consiste em estudar um fenômeno considerando-se os diversos fatores e sujeitos envolvidos, de modo a se obter uma visão mais ampla e coerente com a realidade pesquisada. Para a coleta de dados utilizei questionário semiestruturado com os próprios alunos integrantes das salas anexas da Escola Rainha da Paz, a diretora e o coordenador da mesma escola. Utilizei, também, consulta bibliográfica e em sites, conversas informais e anotações sobre questões observadas/percebidas em relação à pesquisa.

Os jovens, sujeitos dessa pesquisa são 04 estudantes de uma sala anexa do 3º ano do ensino médio da Escola Rainha da Paz, período vespertino, com os quais fiz, primeiramente, um diálogo e, posteriormente, passei o questionário aberto para que respondessem e contribuíssem com esta pesquisa. Esclareço que, de um universo de 13 estudantes, apenas 04 devolveram os questionários preenchidos.

Para abordar a temática aqui proposta, discuto, inicialmente, o conceito e a trajetória da educação do campo no Brasil, em seguida, a questão da juventude no Brasil e, por último, e em Mato Grosso, depois, com base nos dados do contexto pesquisado, trato do protagonismo juvenil no campo, de modo especial, na comunidade de Adrianópolis.

2. Educação do campo: conceito, construção e trajetória no Brasil e em Mato Grosso.

Na Constituição Federal de 1988 construída por representantes da população brasileira após longos anos de ditadura militar, Artigo 205, a educação é erigida como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E, no artigo 208, parágrafo primeiro, dispõe que o acesso ao ensino é considerado, direito público subjetivo, independente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais, de modo que, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente, conforme parágrafo segundo deste mesmo artigo.

Porém, mesmo mencionada na legislação, as ações relacionadas à educação rural, no Brasil ficaram bastante limitadas. Somente em 1996 foi instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, que em seu artigo 28 fundamenta a educação rural, estabelecendo que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 28).

Já se passaram quase vinte anos e pouco se fez ou vem se fazendo nessa área de ensino, em relação às adequações curriculares, metodológicas,

interesses dos alunos, organização escolar, incluindo a necessária adaptação do calendário às fases agrícolas e condições climáticas, conforme a realidade nas várias regiões do Estado, com a interferência do clima, principalmente, na produção e nas condições de acesso às escolas no período das chuvas.

A educação no meio rural, no que se refere à historicidade sempre foi expatriada nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Contra essa situação é que se constituíram tantas lutas dos movimentos sociais do campo, de modo especial, no final dos anos de 1980. Esses movimentos lançaram as bases para as políticas educacionais específicas que viriam a ser formuladas, cujo marco legal é a Resolução n. 01/2002 – diretrizes nacionais por uma educação básica nas escolas do campo. É possível perceber que o atendimento educacional dos povos do campo não se fará pela colocação de modelos instituídos, mas aliados a grande diversidade de ambientes físicos e sociais de que se constitui o universo rural brasileiro.

Um dos grandes desafios apresentados à escola, à educação, é se envolver com a questão dos trabalhadores e das trabalhadoras da terra; é comprometer-se com os movimentos sociais para pensar um projeto com a comunidade, com os povos que vivem o problema ou uma situação problema. Não é possível a escola continuar de costas para essa realidade e acreditar que apenas os conteúdos formais, aqueles encontrados nos livros didáticos, darão as respostas aos desafios locais, regionais, globais. Como muito bem defendia Martí, ainda no final do século XIX, “injertese en nuestras repúblicas el mundo, pero el tronco ha de ser el de nuestras repúblicas” (1991 apud RECK, 2005, p. 110).

O caminho da construção do processo identitário das escolas do campo tem sido marcado por avanços e retrocessos. Com base nas Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo, confirmamos a característica dinâmica da identidade, determinada pela negociação e pela identificação. As escolas do campo atendem à diversidade, às características dos alunos que vivem no meio rural, por isso, a importância de levar em conta

as especificidades dos povos do campo sem perder de vista o que é comum a todos, permitindo o acesso à ciência e à tecnologia.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2001, p. 1).

A educação é um direito social que requer uma política de educação do campo em busca do reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo; cabe assinalar a importância dessa compreensão para instituímos novas relações baseadas na horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (ARROYO, CALDART, MOLINA 2004).

A Educação do/no Campo é uma proposta importante por trazer em primeiro lugar a vida. A vida onde ela acontece. Vida essa que deve ser respeitada e valorizada, acima de tudo resgatando os diversos saberes no processo educativo, buscando-se portanto, perspectivas em prol desta consolidação de identidade que está sendo construída junto a educação do campo.

Dessa forma, é importante pensar a construção de um novo projeto de escola do campo: escola como instrumento, ferramenta da resistência camponesa, centro de dinamização e promoção da comunidade, espaço potencializador de um projeto de futuro, lógica de reprodução da vida, agroecologia, da cooperação e não do capital.

Vejamos o que diz Caldart em relação ao significado de educação do campo, como aquela educação que nasce:

Da luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p. 149).

Caldart nos fala ainda que seja necessário respeitar a diversidade de cultura, modo de vida, etnia, de lidar com a natureza dos sujeitos do campo, reconhecer a sabedoria que existe na vida no campo.

Será, pois, a partir do reconhecimento de que o campo é um lugar de vida, de gente, de saberes, de diversidade, que se construirá uma nova base epistemológica, que supere a dicotomia campo-cidade. Não é mais possível continuarmos com essa visão de que o campo é negativo. Que a cidade é o ideal é o modelo (CALDART, 2004, p.34).

Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Daí por que os estudos defendem uma educação do campo que considere e incorpore os saberes dos camponeses, suas culturas e seus ensinamentos. Portanto, é necessária uma reconstrução social da aprendizagem, através de uma educação com sentido e significado na vida dos povos camponeses, potencializadora de criatividade para enfrentar os desafios da vida atual que os cerca.

Para dar continuidade à nossa análise nos apropriamos do movimento “Por uma educação do campo” a concepção sobre o que seria uma escola do campo:

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

Se de fato pensamos e queremos uma sociedade justa, uma sociedade igualitária, onde se possa viver e conviver com dignidade temos que falar de campo e cidade onde todas as formas de vida estejam exatamente em primeiro lugar. Com isso, as políticas educacionais associadas à capacidade de mobilização e vigilância dos movimentos sociais tendem a ressignificar a terra, a luta e a conquista da terra, uma vez que, além da produção de grãos, frutos, vegetais e animais, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, o chão será um espaço de cultura, de ciência, de saberes, de tecnologias,

construídos por homens e mulheres em diálogo com os mundos, com os biomas, com outros humanos.

Na discussão e na prática da educação do campo diversos elementos se entrecruzam, podendo ser denominados de transversais, tais como: “a terra, o meio ambiente, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como as questões sociais, políticas, culturais econômicas, científicas e tecnológicas” (BRASIL, 2005, p 45). Dessa forma, é preciso ficar claro que a função não é apenas ensinar a ler e escrever.

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador (LEITE, 1999, p. 99).

Conforme Silva e Júnior (2012, p. 322), o desenvolvimento educacional no âmbito da educação do campo deve voltar-se para os aspectos “da diversidade, da situação histórica de cada meio rural, onde os recursos estejam disponibilizados de acordo com as expectativas e os anseios dos povos de cada comunidade”. Ainda, segundo estes autores, cabe às escolas do campo estruturar seus currículos em uma lógica de desenvolvimento “que pense o ser humano na sua integralidade, na perspectiva de construção da sua cidadania e inclusão social”.

Nesse sentido, fica evidente a escola não fará esse projeto de sociedade transformada, isolada dos movimentos de luta. Além disso, não basta mudar apenas alguns pontos da atual forma escolar, por exemplo: tornar a escola mais crítica, atrativa, nova relação entre professor/ aluno, democratizar a escola. Tudo isso certamente é importante, necessário, porém insuficiente. Uma vez que toda a escola, em todos os espaços e relações ensina. Mudar, portanto é também buscar dentro das comunidades locais, visando às especificidades do ser do/no campo.

A construção de um novo projeto de escola do campo significa compreendê-la como instrumento, ferramenta da resistência camponesa, centro de dinamização e promoção da comunidade, espaço potencializador de

um projeto de futuro, lógica de reprodução da vida, agroecologia, da cooperação e não do capital.

Então, esse é mais um dos desafios que nós temos que enfrentar para construir não apenas o currículo de nossas escolas do campo, como também, organizadamente e com muita garra, lutar pelas condições plenas que todos almejamos e que o direito nos assiste.

2.1 Educação do campo em Mato Grosso

A Educação do campo em MT vem sendo pensada há mais de uma década, em seguida à aprovação da resolução nacional para essa modalidade de educação. Em 2004 realizou-se o primeiro seminário da Educação do Campo com o apoio da SEDUC e do MEC e somente em 2006 foi desenvolvida uma atividade do Fórum Estadual da Educação do Campo com uma parceria com a UNEMAT.

Podem ser identificadas muitas lutas em prol da educação a partir da organização de diversas instituições que participaram do Seminário, com a formação de um comitê executivo de Educação do Campo, composto pelas seguintes entidades: UNDIME, CEE/MT, UNEMAT, UFMT, SEDUC, INCRA, MST, MPA, MAB, SINTEP, dentre outras. Contudo, segundo Reck (2007), os embates promovidos pelo Comitê tiveram dificuldades de se converter em ações práticas.

Em 2003, o Conselho estadual de educação aprovou a Resolução 126/2003 dispoendo sobre Dispõe sobre as Diretrizes da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso. O Decreto nº 09/2007, criou a Gerência de Educação do Campo (GEEC), na SEDUC/MT. A oficialização dessa Gerência significou “um passo importante, também, dentro da institucionalização da educação do campo na estrutura do Estado” (RECK, 2007. p. 36). Segundo este autor, hoje, a educação do campo pode ser considerada uma política do Estado, de modo que todos os governos sucessores possam ter um plano para

guiar e seguir os objetivos e metas que a sociedade definiu para a educação do campo.

O parágrafo único, do artigo 2º da Resolução 126/03, do CEE/MT, apresenta uma concepção de escola fortemente voltada para a problematização e busca de superação dos problemas do campo:

A caracterização da educação do campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, fortemente ancorada na teoria e prática. Uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do campo, não só como forma cultural diferenciada, mas, primordialmente, como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo (MATO GROSSO, 2013, p.1).

O poder público no Brasil está sendo demandado a melhorar a qualidade das escolas do campo, uma vez que, ainda, é gritante a precariedade de condições infraestruturas e pedagógicas, isto porque a escola do campo foi historicamente, relegada nos marcos das constituições e das políticas públicas de nosso país. Nas escolas do campo faltam mídias educacionais (computador, TV, vídeo, DVD, áudio), laboratórios, quadras cobertas e bibliotecas. E, é exatamente no sentido de superar essas precariedades que se coloca o Artigo 7º da Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008 do CNE/CEB.

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2008, p. 2).

A Educação do Campo, enquanto proposta emergente das demandas de sujeitos do campo aponta a necessidade de se desenvolver propostas educacionais enraizadas ao lugar em que vivem e com a participação das pessoas que ali vivem, ou seja, dos pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos das florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra. Com a perspectiva de atender à diversidade de sujeitos e realidades do campo é que os educadores de MT, sob a coordenação da SEDUC, definiram as orientações curriculares para as diversidades no âmbito da educação básica nesse estado.

Atualmente, o grande desafio da escola pública brasileira é assegurar a todos uma educação de qualidade, de modo a oferecer uma instrumentalização científica, técnica, crítica e criativa. Para que a escola possa cumprir com a sua responsabilidade social que é a formação plena do estudante e a construção de uma sociedade justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira, em seu Art. 205, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 que, em seu artigo 2º, afirma:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base em todas as discussões feitas pelos educadores nos últimos tempos no Brasil, chegou-se a um entendimento mais ou menos comum que “cabe à escola cumprir a função de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade para assumirem de fato um papel ativo na transformação da sociedade” (TOCANTINS, 2009, p. 14). Isso significa que as aprendizagens proporcionadas pela escola devem produzir impacto na vida dos estudantes, pais membros da comunidade, professores, enfim, dos envolvidos no processo educativo, considerando as expectativas e necessidades desses sujeitos e, ao mesmo tempo, favorecendo a participação ativa na sociedade, no campo científico, cultural, socioeconômico e político. Portanto, parece pertinente afirmar que “a educação, entendida como um direito constitucional e como direito a ter direitos, situa-se como uma dimensão que se relaciona com o Estado, com a política e, portanto, com a sociedade e suas características particulares” (PEREIRA, 2007, p. 361).

A concretização de uma educação cidadã, formadora de consciências democráticas, tem na escola, em seus diferentes graus de ensino, o ambiente adequado para a consolidação de uma cultura de participação e é no currículo que esta formação se insere. Paulo Freire nos traz, em suas reflexões sobre a Pedagogia do Oprimido, que a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmo. Sendo assim, a escola deve ser envolvida e se envolver nesse movimento de transformação, pois:

Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo (CALDART, 2003, p. 64).

Ainda conforme essa autora a escola do campo precisa e deve ser um lugar onde as crianças e jovens possam desfrutar e sentir orgulho desta origem, não pelas dificuldades que muitos enfrentam, mas pela possibilidade de constituição da autonomia e disposição para enfrentá-las.

2.2 Jovem E Juventude No Brasil

Desde o século XIX a palavra “Jovem” é um termo muito usado no meio acadêmico e até mesmo em espaços políticos, mas ganhou forças no século XX e no início do século XXI. Segundo a Wikipédia a palavra **Jovem** é entendida como sendo forma imatura de um ser vivo, sendo o período antes da maturidade sexual. Para o ser humano esta designação refere ao período entre a infância e a maturidade, podendo ser aplicada a ambos os sexos e podendo haver variações no período de idade que ocorre de acordo com a cultura. Nesta fase, grande parte do aprendizado ocorre fora das áreas protegidas do lar e da religião, a conversa torna-se parte importante do processo.

Para Levi e Schmitt (1996 apud CASTRO 2012, p.440) “a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração”. Nessa mesma linha, Helena Abramo (2007, apud CASTRO, 2012, p.440) argumenta que “a associação entre juventude, educação e lazer, como uma construção socialmente informada”. Sobre isso, Castro (2012, p. 440), assim se refere:

Para a autora essa seria uma concepção que trata a juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isto, se exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude. Esta é uma contribuição importante para percebermos juventude como construção social.

No sentido de ampliar a compreensão do conceito de juventude, no Dicionário da Educação do Campo Castro (idem, p. 441) esclarece que:

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder. (CASTRO, 2012, p. 441).

A palavra “juventude” também está associada a determinados substantivos e adjetivos, assim como; “vanguarda”, “transformadora” e “questionadora” (MARGULIS, 1996, apud CASTRO, 2009, p.187). É uma forma na qual se subtende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social. Mas, “jovem” também é adjetivado como “em formação”, “inexperiente”, “sensível” (FARROCCHI, 1972, apud CASTRO, 2009, p.187), ou ainda associado à delinquência, violência, “comportamento desviante”. Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado e controlado pelo adulto para que possa assumir seu “papel social”, sem se desviar de seu percurso. De acordo com essa lógica, a juventude é vista pelos autores como aqueles indivíduos em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, que precisam ser regulados e encaminhados em sua decisão profissional e social. É preciso ficar claro que esta é uma concepção que Dayrell e Carrano criticam, pois, colocam o jovem como incapaz de agir conscientemente e de produzir conhecimento e cultura.

Segundo Dayrell (2003), conceituar a juventude não é fácil, pois ela é constituída de critérios históricos e culturais, além disso, deve ser observada na perspectiva da diversidade. Em consonância, complementam:

Dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonogados em ampla escala no Brasil (DAYRELL; CARRANO, 2002, p.04).

Pode-se perceber, portanto, que muitos são as categorias atribuídas aos jovens em busca de uma construção de sua identidade, de um conceito ou de

um objeto de estudo. Termos com certas características e atributos que muitas vezes soa de maneira equivocada e aparentemente contraditória a seu comportamento dentro da sociedade que se encontra inserido. Contudo, Castro contribui para fazer avançar essa discussão quando nos ajuda a identificar o jovem como ator social.

Diversas matrizes apontam a categoria como socialmente construída, permeada por diferentes interesses, realidades e assim, multifacetada. Mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre as propostas e projetos de políticas públicas e as diversas formas de auto-expressão e auto-organização reforçam e sustentam uma categoria que se constrói e se reconstrói enquanto ator social (2009, p.2).

2.3 Juventude rural no Brasil: apoio ou esquecimento?

Castro (2012), apoiando-se em dados do Censo 2010/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), no Brasil, afirma que temos cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais. Desse modo, é necessário concretizar um projeto de reforma agrária consistente, que assegure terra e também, condições estruturais (estradas, energia, saúde e educação) para que os jovens e suas famílias possam ter condições de permanecer no campo.

Ficar ou sair do campo é mais complexo do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude como uma categoria social-chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica (CASTRO, 2012, p. 444).

Nesse processo, caber refletir sobre o papel da escola em relação ao jovem. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio apontam para a centralidade dos jovens estudantes como sujeitos do processo educativo. O parecer do Conselho Nacional de Educação que a fundamenta, explícita a necessidade de uma “reinvenção” da escola de forma a garantir o que propõem os artigos III e VII. O primeiro trata do “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. O segundo discorre sobre “o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos

processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes”. Colocar em prática essas determinações significa desenvolver um trabalho de formação humana que contemple a totalidade dos nossos jovens estudantes. (<http://www.emdialogo.uff.br/content/caderno-2-o-jovem-como-sujeito-do-ensino-medio>).

Para a construção da escola do campo é prioritário discutir e repensar o Projeto Político Pedagógico como o documento que define qual será a organização geral da escola e como instrumento de ação política que possibilita afirmar a identidade local e exercitar a autonomia e a participação coletiva.

[...] O projeto político-pedagógico é pensado previamente, mas edificado presentemente pelas ações educativas concretas de ordem escolar. Trata-se de conferir coerência, de unificar as ações docente, discente, familiar, o que implica envolvimento por parte da gestão escolar como mediação [...] (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p. 34 apud MACHADO; FERNANDES, 2014, p. 19).

A escola como instância de socialização secundária desempenha, juntamente com a família, um importante papel na elaboração de projetos. Mas, em alguns contextos sociais nos quais as escolas estão inseridas, vem sendo atribuída pouca prioridade a essa função, julgando que a elaboração de projetos de vida é papel das famílias e que as instituições de ensino devem concentrar seus esforços na preparação do jovem para a inserção no mercado de trabalho. Para que possam desenvolver projetos, os jovens do Ensino Médio também teriam que estar em condições de encontrar os propósitos ou finalidades de seus projetos de vida, algo muito mais amplo e difícil.

2.4. Protagonismo Juvenil No Campo: Perspectivas De Futuro

Para a realização deste artigo, a primeira preocupação que tive foi escolher uma temática que estivesse voltada a realidade do nosso município de Vale de São Domingos – MT, por isso a definição do tema “Influência da educação do/no campo na decisão do jovem trabalhador em permanecer ou sair do campo”, no sentido investigar as razões que levam os jovens do campo deste lugar a migrar para a cidade em busca de uma vida bem “sucedida”.

Para atingir os objetivos da pesquisa, entendi ser determinante ouvir os sujeitos envolvidos com a problemática em discussão. Nesse sentido, além das conversas informais e rodas de conversa, pedi que respondessem um questionário., que foi destinado ao coordenador e aos alunos do terceiro ano do ensino médio das salas anexas em Adrianópolis, dois coordenadoras e a diretora da escola sede Rainha da Paz, em São Domingos. De um total de 13 alunos, apenas quatro se dispuseram a responder o questionário e dos três coordenadores apenas um (das salas anexas) respondeu, mais o diretor, num total de seis sujeitos.

Quando indagadas sobre o que é educação do campo, o coordenador e diretora das salas anexas responderam.

É a educação voltada para a preparação para o mundo acadêmico, para a vida e principalmente voltada para a valorização dos povos do campo, seus costumes, adequando quando necessário o calendário escolar conforme a realidade local como época de colheitas, mas não é o caso de nossa realidade escolar. Desta forma temos como princípio o fortalecimento da proposta de Educação do/no campo, tendo sustentabilidade social e ambiental como foco da prática pedagógica, voltada, assim para assegurar o homem do campo no campo fortalecendo seu vínculo na terra e proporcionando uma melhor qualidade de vida, pois estamos vivendo em um mundo em constante transformação, onde a tecnologia é considerada um fator imprescindível na educação, também pode se perceber uma grande transformação nos valores e principalmente na cultura, isto pode ser sentido nas relações entre sociedade, educação e conhecimentos no processo histórico da formação humana. (DIRETORA, 15/05/2015).

É a educação voltada para a população rural, com adequações necessárias a vida no campo e seus interesses. (COORDENADOR, 09/05/2015).

A diretora e o coordenador colocaram muito bem em suas pautas que a campo, com uma educação voltada à agricultura e a vida dos jovens camponeses, uma vez que a escola deva contribuir na sua melhoria. A visão desses educadores vai ao encontro do que diz Caldart:

[...] educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos: intencionalidade no desenvolvimento humano... intencionalidade no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, no enraizamento social, na formação para novas relações de trabalho, na formação de convivência política [...]; e com uma intencionalidade política explícita: não queremos ajudar a formar trabalhadores do campo que se conformem ao modelo de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implantação de outro modelo que inclua a

todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo (CALDART, 2002, p. 23).

Segundo essa autora a escola do campo deve cumprir realmente com a função que a ela está estabelecida que é a de formar cidadãos compromissados e capazes de atuar com competência e dignidade na transformação da sociedade.

Outra pergunta feita ao coordenador e à diretora é se a escola Rainha da Paz está assegurando uma educação voltada á realidade do campo e segundo os princípios da educação do campo. As respostas foram as seguintes:

Sim, em partes, pois ainda não conseguimos inserir na grade curricular uma das disciplinas voltadas para a educação do campo, como a agroecologia, economia solidaria ou agricultura sustentável, devidos ao transporte escolar não poder fazer a linha em dois períodos, pois se acrescentarmos uma disciplina a mais teríamos que aumentar o tempo na escola ou em outro turno. (DIRETORA, 15/05/2015).

Na medida do possível, já que a escola deveria ter uma organização diferenciada de acordo com suas especificidades. E nem sempre é possível. (COORDENADOR, 09/05/2015).

Diante a pauta exposta pode-se verificar que muito ainda precisa ser feito para que as nossas escolas se tornem de fato uma escola do campo, onde possa quebrar as barreiras e enfrentar os desafios que estas enfrentam frente às políticas públicas desta localidade.

À pergunta “Que tipo de formação essa escola tem proporcionado para o jovem do campo” esses profissionais disseram que:

A escola como educação do campo deve ser compreendida a partir da concepção de que há uma profunda relação entre educação, agricultura e da vida camponesa, uma vez que a escola deve contribuir permanentemente na melhoria da vida dos povos de campo. A escola tem como filosofia a educação crítica, dialética e emancipadora que trabalha o educando de forma significativa, levando-o a compreender a realidade, tornando-se crítico e autônomo que contribua na transformação de um mundo mais justo e igualitário. Neste sentido desejamos construir uma sociedade participativa, humana e igualitária, desta forma a escola tem seu trabalho pedagógico voltado à participação coletiva visando desenvolver nos cidadãos atitudes de solidariedade, respeito ao outro independente de etnia, clero e sexo e ao meio ambiente. Tendo como princípios básicos a responsabilidade, autonomia, liberdade de expressão, a

criatividade, o espírito pesquisador e manter e desenvolver a identidade voltada para o povo do campo com sua cultura, costumes e tradição. Temos como objetivo buscar novos conhecimentos para melhorar a qualidade de ensino aprendizagem na educação do/no campo e, sobretudo, seja propulsora para avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Que esta escola possa conduzir o aluno a entender que o mesmo é protagonista no processo educacional e social, sobretudo levá-lo a compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para sua transformação. Sendo assim, a unidade escolar assume um currículo organizado e orientado por complexo temático. (DIRETORA, 15/05/2015).

Uma educação voltada para a valorização da vida em comunidade e a cidadania. (COORDENADOR, 09/05/2015).

A quarta e última pergunta feita à diretora e ao coordenador foi se “a educação do campo pode influenciar na decisão do jovem em permanecer no campo e por quê”.

Acredito que sim, pois constantemente os profissionais da educação procura incentiva-los a estudar, buscar novos conhecimentos para poderem melhorar a qualidade de vida onde vivem, buscarem recursos para melhorar a renda familiar, desta forma acredito que muitas sementinhas são plantadas, voltadas para germinarem o amor em suas propriedades, na busca da conservação e preservação do ambiente em que vivem. (DIRETORA, 15/05/2015).

Depende dos desejos e anseios desses jovens. Visto que mesmo com uma educação voltada para que isso aconteça, muitos ainda procuram por uma vida urbana. (DIRETORA, 15/05/2015).

Percebe-se nesta pauta que está sendo trabalhado de forma a possibilitar um estudo que prepare o jovem do campo a permanecer no campo, mas na realidade os alunos colocam essa falta de qualificação.

Conforme argumentam Machado e Fernandes (2014 p. 27), os profissionais da educação escolar do campo desenvolvem suas atividades profissionais no contexto de cada instituição escolar, enfrentando dificuldades de diversos tipos para realizar uma prática coerente com o projeto pedagógico; cabe refletir quais são essas dificuldades no sentido de buscar soluções e avançar na prática da educação do campo.

O questionário destinado aos alunos compreendia as seguintes questões: 1. O que é educação do campo? 2. Sua escola é uma escola do campo? Justifique. 3. Como é o estudo e a formação em sua escola? E qual é

a importância desse estudo para sua vida? 4. Como é, para o jovem, viver no campo e quais são os principais desafios enfrentados? 5. Quais suas perspectivas de formação escolar e de permanecer no campo?

Nas respostas dos alunos ficou claro que sabem que a educação do campo é uma educação que está voltada ao povo que reside em zona rural, mas não nem deram maiores detalhes que tipo de educação é essa, que conhecimentos e práticas ela envolve. Quanto ao segundo questionamento, “Sua escola é uma escola do campo? Justifique”, os alunos colocaram que a escola é uma escola do campo, por estar situada na zona rural e porque a maioria dos alunos pertence a essa localidade: “Sim, pois está situada em zona rural, com isso a maioria dos alunos estão situados nesta zona” (Aluno, 09/07/2015).

No terceiro questionamento os alunos manifestaram suas angústias quanto à educação que recebem, ressaltando que o estudo é fraco e que deixa a desejar, pois não dispõe de recursos, assim a formação fica “a mesma” mas mesmo assim contribui para que possam ingressar em uma faculdade. Aqui os alunos colocam que as aulas deveriam ser mais atrativas, pois querem sair da mesmice de ficar apenas na sala de aula, desejam um estudo de qualidade e voltado a sua realidade.

Na quarta questão, os alunos coloram que residir no campo é bom por ser um local calmo e não enfrentam os perigos das grandes cidades, mas os desafios são a falta de oportunidades no mundo do trabalho, levantar cedo para o trabalho e ir para uma escola com poucos recursos a oferecer e o tardio aparecimento das tecnologias. Viver no campo muitas vezes é bom por ser um lugar calmo, porém há muitos desafios por ser “campo”, infelizmente a tecnologia sempre chega por último, trazendo assim muitas dificuldades para se adaptar (Aluno, 09/07/2015).

Em relação à última questão que aborda as perspectivas de formação escolar e de permanecer no campo, os alunos foram sucintos em pautar que pretendem continuar seus estudos, buscar formação nas universidades, mas

pretendem deixar o campo por não oferecer oportunidades no mercado do trabalho. Há uma ressalva, onde uma aluna coloca:

Minhas perspectivas de formação são grandes, porém devido as evoluções que temos em permanecer no campo será um desafio, devido a isso, pretendo sair para estudar e depois de formada voltar, trazendo minhas experiências e expondo-as e praticando-as no campo (Aluna, 09/07 2015).

Com base nas respostas dos alunos fica claro que eles, ainda, têm pouco conhecimento sobre a educação do campo e sobre como a escola do campo pode contribuir na sua formação pessoal e profissional.

É preciso que o poder público reconheça na prática a educação do campo como direito social dos povos do campo, como afirmação dos direitos humanos e sociais e não como uma troca de favores entre poder público e população. Quando se fala em educação do/no campo refere-se a uma educação construída com base nas especificidades e necessidades dos sujeitos que estão inseridos no campo e sobrevivem do mesmo. De acordo com Machado e Fernandes (2014, p.28): “Pensar a educação do campo num processo orgânico com o desenvolvimento do campo implica pensar e construir as condições para que se estabeleça de fato a relação da escola com a vida, conforme indica Pistrak”.

É por meio de uma educação que trabalha a partir das problemáticas locais, apontando alternativas e formas de solucionar problemas, que o educando saberá como agir diante de determinadas situações de seu dia a dia, tendo assim uma melhor qualidade de vida neste mundo complexo e globalizado, quer seja no meio rural, quer seja no meio urbano. Caldart (2003, p. 67) traz uma reflexão de como deve ser uma escola do campo no campo:

[...] escolas no e do campo não precisam ser algo inusitado, mas sim podem passar a ser um componente natural da vida no campo. A escola vista como uma das dimensões do processo de formação das pessoas, nem mais nem menos, nem algo que se tenha que abandonar todo o resto para conseguir. Sair do campo para estudar, ou estudar para sair do campo não é uma realidade inevitável, assim como não são imutáveis as características marcadamente alheias à cultura do campo das poucas escolas que o povo tem conseguido manter nele.

Por meio dos dados coletados fica evidente que para fazer acontecer educação do campo é importante que os conhecimentos a serem trabalhados sejam construídos coletivamente no ambiente escolar e fora dele. Que o poder público assegure de fato o que prever em sua constituição em seu artigo 28 da LDB e com os princípios contidos na Resolução 01/2002, que estabelece que a escola do campo seja aquela que se vincula às questões de sua realidade, valorizando a diversidade, a cultura e os saberes dos trabalhadores do campo.

Se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado. Mas como a escola pode fazer isso? Como se forma um ser humano? (CALDART, 2003, p. 73).

Coloca-se o conhecimento a “serviço” das situações-problema da realidade vivida e percebida, na intenção de superá-las e reafirmando o espaço escolar como espaço de produção do conhecimento, onde se coloca os alunos como centro de todo processo pedagógico, respeitando seus ritmos e condições pessoais de aprendizagem como pressupostos para a construção do conhecimento.

O PPP da escola Estadual Rainha da Paz busca construir uma sociedade com cidadãos compromissados, na perspectiva de que os mesmos tenham uma participação crítica e consciente na sociedade, educando-se como gente que se reconhece enquanto ser com direitos e deveres, assumindo-se como sujeito de sua própria história. Conforme consta no PPP, a escola como educação do campo deve ser compreendida a partir da concepção de que há uma profunda relação entre educação, agricultura e da vida camponesa, uma vez que a escola deve contribuir permanentemente na melhoria da vida dos povos de campo.

Desde 2011 a Escola Rainha da Paz tem como princípio o fortalecimento da proposta de Educação do/no campo, tendo sustentabilidade social e ambiental como foco da prática pedagógica, voltada, assim para assegurar o homem do campo no campo fortalecendo seu vínculo na terra e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras realizadas para a realização deste artigo, constatei que são muitos os desafios que as escolas do campo e os jovens enfrentam para consolidar uma educação do/no campo. Essa proposta de educação precisa ser realmente desenvolvida, de modo a contribuir para formar os povos do campo para viver no campo, se assim desejarem, reconhecendo as suas singularidades, a cultura e principalmente a sua dignidade.

Nesse contexto, retomo os avanços obtidos nas discussões pertinentes à Educação do Campo. Pagel (2012, p. 69), referenciando-se em Caldart, nos adverte que: a proposta de educação do campo ainda está inacabada, [...] Seja pelo sentido eterno de incompletude, seja pelos nexos no projeto histórico socialista, nexos que se expandem constantemente em direção de uma utopia humana do viver com dignidade no campo [...].

Portanto, acredito que seja necessário um olhar mais minucioso no que se refere às metodologias de ensino e ao currículo escolar da Escola Rainha da Paz, proporcionando aos alunos uma verdadeira educação do campo em Vale de São Domingos, adequando-a as reais necessidades destes jovens camponeses que veem na escola a sua oportunidade de crescimento e ao mesmo tempo uma grande perspectiva de futuro.

Neste contexto faz-se necessário pensar a educação dos jovens do Vale de São Domingos, seu espaço, seu papel, seu significado dentro da comunidade o qual se encontra inserido. Desse modo, há uma grande preocupação frente ao impacto de novas tecnologias, de novos costumes, de novas concepções de mundo, sem desconsiderar sua história, sua identidade. Problematizar o papel fundamental da educação numa sociedade cada vez mais padronizada como a nossa, no qual, o contexto cultural é o da Globalização, e reconhecer que a importância de uma educação que seja intercultural e que contribua para afirmar os valores culturais dos sujeitos do

campo e, a partir disso, possibilitar que eles possam dialogar e assimilar o conhecimento universal.

É preciso que se coloque um olhar mais específico na nossa juventude camponesa no processo de formulação, implementação e consolidação da política nacional de educação para o jovem do campo.

Quanto ao paradoxo “permanecer ou sair do campo” é marcado não só pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado, principalmente com salário fixo, o que implica em buscar ocupação zona urbana; a falta de posse da terra tem também grande peso nessa decisão. Nesse sentido, pensar a educação do campo, implica em pensar em políticas públicas para o desenvolvimento do campo, de modo a criar perspectivas de trabalho, renda, lazer e educação para as famílias e, principalmente, para a juventude do campo.

4.REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. *A educação básica e o movimento social do campo – por uma educação básica do campo*. Brasília: MST (Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo) 2011.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 25/05/2015.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9394/96)*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 25/05/2015

_____. Ministério da Educação. *Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo*. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo em Movimento. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 60-81, Jan/Jun. 2003.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli S. (Orgs.) *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4).

CASTRO, Elisa G. de. Juventude rural no Brasil: processo de exclusão e a construção de um ator político. 2009. *Revista latinoamericana de ciencias sociais* niñez juv 7(1), 2009. Disponível em <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html> Acesso em 20/02/2015

_____. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli S; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel B., e Gaudêncio Frigotto. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Nº 24, Set /Out /Nov /Dez. Rio de Janeiro: ANPEd, 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT 3 Movimentos Sociais e Educação*. Caxambu (MG): 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm.gt3>. Acesso em 20.04.2015

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. D. E. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Ilma F.; FERNANDES, Jorcelina E.; Projeto político pedagógico, currículo e planejamento de ensino na educação do campo. In: MACHADO, Ilma F.; FERNANDES, Jorcelina E.; OLIVEIRA, Valdenor S. *Planejamento Educacional: projeto político pedagógico, currículo e pedagogia da alternância da/na educação do campo*. Cuiabá, EDUFMT, 2014.

MACHADO, Ilma F. A construção de um projeto político-pedagógico para a escola do Campo. *Caderno Pensamento educacional*, n. 8, vol. 4, jul.-dez., Ponta Grossa, PR, 2009. (Disponível também em www.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs).

MOLINA, M. C., *A contribuição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2003.

PAGEL, Valdivina V. B.. *A organização do trabalho pedagógico da educação do campo gestada em salas anexas, no distrito de Vila Aparecida, município de Cáceres, MT*. Cáceres: UNEMAT, 2012. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação).

PEREIRA, Sônia. Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo? *Revista Brasileira de Educação*, vol.12 no.35 Rio de Janeiro May/Aug., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 15.05.2015

Projeto Político Pedagógico da Escola Rainha da Paz. São Domingos, Mato Grosso, 2015.

RECK, Jair. *Por Uma Educação Libertadora: o ideário político-pedagógico do educador cubano José Martí*. Cuiabá – MT: EDUFMT, 2005.

RECK, Jair. Um Olhar Histórico-Político e Epistemológico Sobre a Educação do Campo em Mato Grosso. in RECK, Jair (Org.). *Novas Perspectivas para a Educação do Campo em Mato em Grosso. Contextos e Concepções: (RE) significando a aprendizagem e a vida*. Cuiabá: Defanti, 2007.

Revista mundo jovem – maio – 2010

TOCANTINS. Secretaria de estado de educação e cultura. Referencial curricular do ensino fundamental de 1º ao 9º ano. 2ª ed. Tocantins, SEDUC, 2009.